**PERMANÊNCIA DE FOCOS DE TENSÃO EM REGIÕES PERIFÉRICAS**

O fim da Guerra Fria não trouxe paz, a fraternidade e o desenvolvimento harmónico entre as nações. A fome, a doença, o recrudescimento dos nacionalismos e de confrontos político-religiosos continuam a ensombrar o mundo, principalmente, as regiões mais desfavorecidas.

A ÁFRICA SUBSARIANA

* A degradação das condições de existência

A África tem sido atormentada pela fome, epidemias, ódios étnicos e ditaduras ferozes.

Rica em minerais, ouro, diamantes e petróleo, a África subsariana em, no entanto, um PIB global pouco superior ao da Bélgica.

Desde sempre muito débeis, as condições dos Africanos degradaram-se por um conjunto de fatores:

- Crescimento acelerado da população, que abafa as pequenas melhorias na escolaridade e nos cuidados de saúde, por exemplo, aumentando a dependência do estrangeiro em alimentos e bens manufaturados;

- Deterioração do valor dos produtos africanos: o progressivo abaixamento dos preços das matérias-primas reduziu a entrada de divisas e aumentou a disparidade entre as importações e exportações;

- Enormes dívidas externas dos Estados africanos: a obtenção de empréstimos junto das potências ocidentais e dos seus organismos (FMI, Banco Mundial) originou um círculo vicioso de juros e novos empréstimos;

- Dificuldade em canalizar investimentos externos e a diminuição das ajudas internacionais: com o fim da Guerra Fria as nações desenvolvidas perderam o interesse em aliciar os países africanos, os programas de ajuda diminuíram, em parte sob o pretexto de que os fundos eram desviados para a compra de armas e para as contas particulares dos governantes corruptos.

O atraso tecnológico, a desertificação de vastas zonas agrícolas e, sobretudo, a guerra são responsáveis pela subnutrição crónica dos Africanos.

 A peste chegou sob a forma de sida, que juntamente com a tuberculose e outras doenças têm devastado o continente.

Tal como no passado, a doença e a pobreza reforçam-se mutuamente. A miséria estimula a propagação da epidemia, que por sua vez está a gerar uma crise de subdesenvolvimento.

À fome e a “peste” junta-se a guerra, sendo que nos anos 90 os conflitos proliferam.

* A instabilidade política: etnias e Estados

Quando, no fim do século XX, os Europeus partilharam a África entre si, fizeram-no sem qualquer respeito pelos povos africanos e pela sua cultura.

Por esta razão, o sentimento nacional não teve, em muitos casos, outras raízes que não fosse a luta contra o domínio estrangeiro. Era uma base muito frágil, que conduziu, desde logo, a tentativas de secessão e a terríveis guerras civis, estimuladas, muitas vezes, pela ambição de líderes sanguinários e corruptos.

Desde a independência que a maioria dos regimes africanos prima pela prepotência, corrupção e constantes golpes de força, que quase substituem uma ditadura por outra.

O fim da Guerra Fria trouxe ao subcontinente alguma esperança de democratização, já que os Soviéticos e Americanos deixaram de apoiar regimes totalitários.

No entanto, esta abertura não correspondeu às expectativas. Em muitas regiões, as grandes dificuldades económicas, as rivalidades étnicas e religiosas, bem como a ânsia de perpetuação no poder, fizeram aumentar a instabilidade, que em alguns casos, conduziram ao caos político-militar.

A persistência de uma sociedade em que os laços tribais se mantêm vivos e fortes tem facilitado as explosões de violência, os massacres e os conflitos armado, que atormentam os Africanos.

Tribalismo: apego forte a um grupo (étnico, cultural, familiar…) que leva à rejeição de outros grupos considerados estrangeiros e, muitas vezes, inimigos. O sentimento de pertença a um grupo particular e o acatamento das ordens dadas pelos seus líderes impede a formação da identidade nacional quando, num Estado, coexistem várias “tribos”.

Embora o tribalismo concorra para estas explosões de ódio, poucos são os casos em que não envolvem ambições políticas ou interesses económicos.

Os imensos conflitos contribuíram para agravar a miséria das populações: os surtos de fome aumentaram e as deslocações em massa deram origem a extensos campos de refugiados, onde impera a doença e o desamparo.

A AMÉRICA LATINA

* Descolagem contida e endividamento externo

Nas décadas de 60 e 70, os países latino-americanos procuraram liberta-se da sua extrema dependência face aos produtos manufaturados estrangeiros. Encetaram, então, uma política industrial protecionista com vista à substituição das importações. Orientado pelo Estado, este fomento realizou-se com recurso a avultados empréstimos contraídos junto dos organismos financeiros internacionais e das instituições privadas de crédito.

Nas décadas seguintes, estes empréstimos, mal geridos, tornaram-se difíceis de suportar: a retração económica e a subida dos juros, no início dos anos 80, aumentaram os encargos e impediram a liquidação atempada dos empréstimos.

Esta situação, comum à generalidade dos países pobres, fez-se sentir com mais força nas nações latino-americanas, as mais endividadas do Mundo.

Os credores procederam ao reescalonamento da dívida, concederam novos empréstimos (a maioria para cobrir os juros em atraso) mas impuseram medidas severas de austeridade que permitissem o saneamento económico.

Centradas na redução da despesa pública, estas medidas implicaram despedimentos, diminuição de salários, o fim dos subsídios aos bens de primeira necessidade e o corte nas despesas de apoio social. O nível de vida diminuiu, sendo que a inflação atingiu níveis altíssimos e o PIB desceu.

Face a tão maus resultados, a salvação económica procurou-se numa política neoliberal, virada para as exportações e semelhante à dos NPI da Ásia.

O pioneiro deste modelo foi o regime de Augusto Pinochet, no Chine, que o aplicou nos anos 80, com considerável êxito.

Este modelo baseou-se com a privatização do setor estatal, sujeitando-o à lei da concorrência, e procuraram integrar as suas economias nos fluxos do comércio regional e mundial.

Fruto destas iniciativas, o comércio registou um crescimento notável e as economias revitalizam-se. No entanto, os problemas económicos e sociais não se resolveram.

* Ditaduras e movimentos de guerrilha. O advento das democracias

A tomada de poder por Fidel Castro, em Cuba (1959) infundiu aos Estados Unidos o temor da propagação do comunismo em terras da América. Para conter o comunismo, os norte-americanos apadrinharam golpes de força e regimes ditatoriais de direita um pouco por todo o continente.

As dificuldades económicas, as grandes clivagens sociais e o prolongamento dos regimes autoritários contribuíram para extremar as atividades oposicionistas.

Nas décadas de 60 e 70, o subcontinente conheceu um recrudescimento dos movimentos de guerrilha. Este fenómeno, típico da sociedade latino-americana, lançou-a num clima de guerra civil e contribuiu para o atraso da região.

Nos anos 80 registou-se uma inflexão para a democracia. A renitência do presidente americano Jimmy Carter em apoiar os regimes repressivos e o posterior esbatimento da tensão Leste-Oeste conduziu à queda de velhos símbolos autoritários, que foram substituídos por políticos civis, eleitos por sufrágio popular. As guerrilhas esmoreceram e algumas transformaram-se em partidos legais que se integraram no sistema político institucional. Esta viragem democrática fez-se de forma pacífica e foi apoiada pela OEA – Organização dos Estados Americanos.

O MÉDIO ORIENTE E OS BALCÃS

* Nacionalismos e confrontos político-religiosos no Médio-Oriente

A região do Médio Oriente é uma zona instável. A riqueza petrolífera dos países do Golfo Pérsico e o avanço da luta fundamentalista alteraram profundamente as coordenadas políticas internacionais.

Fundamentalismo islâmico: O fundamentalismo representa uma reação extremista à ocidentalização sofrida pelas sociedades muçulmanas durante o domínio estrageiro. Os fundamentalistas consideram-se os únicos depositários da verdadeira fé, que pretendem preservar, na íntegra, de acordo com os ditames do Corão, por cujas regras se orienta o poder civil e religioso, fundidos num só.

O fundamentalismo emergiu no mundo islâmico como uma afirmação de identidade cultural e de fervor religioso. Os fundamentalistas procuram no Corão as regras da vida política e social, para além da religiosa. Rejeitam a autoridade laica, transformando a *sharia* (lei corânica) na base de todo o direito e contestam os valores ocidentais que consideram degenerados e malignos.

O fundamentalismo irradiou do Irão e, desde então, os iranianos intensificaram as suas campanhas contra os valores ocidentais, e principalmente, contra a influência dos Estados Unidos, que identificaram como “o grande Satã”.

* **A questão israelo-palestiniana**

A pesada derrota infligida à coligação árabe viabilizou o Estado israelita que, mesmo rodeado de “inimigos”, tem conseguido sobreviver. Apoiados nos Estados Unidos e pelos judeus de todo o mundo mobilizados pelo sionismo internacional, os israelitas têm demonstrado uma enorme vontade em construir a pátria que lhes pertence.

Sionismo: Movimento de cariz político-religioso com o objetivo de criar um Estado hebraico na Palestina. O sionismo advoga o regresso dos judeus espalhados pelo Mundo à sua pátria original. Em função deste ideal, o Estado hebraico promulgou, em 1950, a “lei do regresso”, que confere a nacionalidade israelita a qualquer judeu, de qualquer parte do mundo, que pretenda habitar no território.

No campo oposto, os árabes defendem a terra que ocupam e o facto de serem determinados a não reconhecer o Estado de Israel conduziu a conflitos repetidos que deixaram patente a superioridade militar judaica. Esta situação levou os Israelita a ocuparem os territórios reservados aos Palestinianos.

A revolta palestiniana cresceu e expressou-se politicamente na OLP – Organização de Libertação da Palestina, liderada por Yasser Arafat.

Até meados dos anos 80 os comandos palestinianos deferiram numerosos ataques contra alvos israelitas: na altura da Guerra Fria a Organização foi encarada por Israel como um grupo terrorista e não como expressão dos anseios de um povo privado da sua terra.

No fim da década isto alterou-se, dando origem ao primeiro acordo israelo-palestiniano, facilitado pela pressão dos EUA a Israel.

Assinado em 1993, em Washington, o acordo estabeleceu o reconhecimento mútuo das duas partes: renúncia da OLP à luta armada, a constituição de uma Autoridade Nacional Palestiniana (presidida por Arafat) e a passagem progressiva do controlo dos territórios ocupados para a administração palestiniana.

Este projeto de paz chocou com numerosos obstáculos, nomeadamente a oposição dos fundamentalistas islâmicos à resistência judaica em desativar os colonatos. Depois do assassinato de um fanático judeu, o Governo israelita recusou-se a alargar a área sob controlo palestiniano e as condições de paz foram-se degradando.

Em 2000 ocorreu uma nova intifada, à qual Israel respondeu com uma força excessiva, que mereceu a condenação da ONU.

Desde então, aumentou a violência: atentados suicidas mais frequentes sobre alvos civis israelitas, intervenção destruidora do exército judaico nos últimos redutos palestinianos. Reconhecendo a fuga ao controlo, o primeiro-ministro de Israel, em 2001, ordenou a construção de um muro que isola a Cisjordânia.

* Nacionalismos e confrontos político-religiosos nos Balcãs

Após a Primeira Guerra Mundial, a Joguslávia correspondeu ao sonho sérvio de unir os “Eslavos do Sul”, mas foi sempre uma entidade artificial que aglutinava diferentes nacionalidades, línguas e religiões. Em 1946, com Josip Tito no poder foi reconhecida esta diversidade e reorganizado o país, transformando-se assim num Estado federal composto por seis repúblicas e duas regiões autónomas, integradas na Sérvia, a república maior e mais populosa.

Após a morte do líder, em 1980, os nacionalismos reprimidos e os ressentimentos antigos emergiram numa tensão crescente.

Em 1990, o colapso dos regimes comunistas veio acrescentar-lhes a rivalidade política: as primeiras eleições livres deram a vitória aos comunistas, na Sérvia, aos opositores na Croácia, Eslovénia e Bósnia-Herzegovina.

Em julho de 1991, a Eslovénia e a Croácia, as duas repúblicas mais ocidentalizadas e mais prósperas da Federação, declaram a independência. Recusando a fragmentação do país, o presidente sérvio Milosevic desencadeia a guerra. Os ataques do exército federal (sob controlo sérvio) e a sublevação dos sérvios da Croácia originam um conflito de grandes proporções que só termina no ano seguinte, com a intervenção da ONU.

Pouco depois, em 1992, a Bósnia-Herzegovina proclama a independência e a guerra reacende-se, colocando a capital bósnia, Saravejo, numa situação desesperada.

Com a Guerra da Bósnia, a Europa revive episódios de violência e atrocidades que pensava ter terminado na Segunda Guerra Mundial. Em nome da construção de uma “Grande Sérvia”, levam-se a cabo operações de “limpeza étnica”.

Após muitos impasses e hesitações, uma força da OTAN sob comando americano impôs o fim das hostilidades na Bósnia e conduziu aos Acordos de Dayton (1995), que dividiram o território bósnio em duas comunidades autónomas: uma sérvia e outra croato-muçulmana.

Em 1999, o pesadelo regressa aos Balcãs, à região do Kosovo, à qual, em 1989, o Governo Sérvio tinha retirado a sua autonomia, impondo uma segregação racial contra a maioria albanesa.

Face à revolta iminente, inicia-se uma nova operação de “limpeza étnica” que a pressão internacional não conseguiu travar e, pela qual, a OTAN decidiu intervir de novo, sem mandato da ONU. Depois de bombardeamentos às posições sérvias durante 78 dias, o presidente Milosevic considerou-se vencido e o Kosovo foi colocado sob a proteção das Nações Unidas.

Em 2001, uma forte pressão interna obrigou Milosevic a abandonar o poder e no mesmo ano foi entregue ao Tribunal Penal Internacional, que o acusou de crimes contra a humanidade. Morreu em 2006, não tendo cumprido a pena e em 2008 o Kosovo proclamou a sua independência, à qual a ONU não acedeu e cujo assunto se encontra por resolver no Tribunal Internacional.

**MUTAÇÕES SOCIOPOLÍTICAS E NOVO MODELO ECONÓMICO**

O DEBATE DO ESTADO-NAÇÃO

O Estado-Nação surge como um dos principais legados do liberalismo. Alimentados pelo princípio das nacionalidades (“A cada povo corresponde uma Nação, a cada Nação deve corresponder um Estado”) irrompem na Europa e na América Latina.

No século XX, os Estados Nação tornam-se um elemento estruturador de ordem política internacional. O desmembramento dos impérios autoritários após a Primeira Guerra Mundial faz multiplicar os Estados-Nação no hemisfério norte. Mais tarde, no segundo pós-guerra, o Estado-Nação triunfa no hemisfério sul, devido aos movimentos de descolonização incentivados pela ONU.

Os Estados-Nação multiplicaram-se, sendo que foi reconhecida por alguns especialistas que embora este fosse o modelo de organização política mais coerente do ponto de vista jurídico, se revela hoje ineficaz.

Um conjunto de fatores determina a crise do Estado-Nação:

- Forças desintegradores a nível local e regional, que entravam as funções reguladoras do Estado;

-Conflitos étnicos que minam a autoridade do Estado central e dificultam a tomada de consciência nacional;

- Nacionalismos separatistas basco e catalão;

- Crescente valorização das diferenças e especificidades de grupos e indivíduos, verificada no seio das sociedades modernas e democráticas podendo impedir a construção da identidade nacional, princípio básico em qualquer Estado-Nação.

- Ultrapassado pelo impacto da mundialização e das questões transnacionais que se colocam

A globalização das principais atividades económicas, dos media e da comunicação, a circulação de capitais e de pessoas à escala mundial, os contactos multiculturais que envolvem a sociedade civil, a criminalidade transfronteiras e o terrorismo, os grandes problemas ambientais não se resolvem apenas no quadro do Estado-Nação. Mostram-se necessários os esforços concertados de autoridades supra e transnacionais (EU, FMI, Banco Mundial, OMC, OCDE, UNESCO, ONG, UNICEF, cimeiras internacionais).

A EXPLOSÃO DAS REALIDADES ÉTNICAS

As identidades agitam-se no mundo, sendo os seus motivos diversificados: remontar a antagonismos históricos, frequentemente ancestrais ou relacionamento com o artificialismo das fronteiras traçadas nos dois pós-guerras, desaparecimento da ideologia comunista que controlava etnias e religiões.

Quase sempre as tensões étnicas e separatistas são despoletadas pela pobreza e pela marginalidade em que vivem os seus protagonistas, contribuindo para os múltiplos conflitos, que têm ensanguentado a África, os Balcãs e o Médio Oriente, o Cáucaso, a Ásia Central e Oriental.

As novas guerras são maioritariamente intraestáticas: na África subsariana onde as etnias dificultam a união política em vários Estados; na ex-Joguslávia cujas repúblicas são rompidas pela “guerra étnica”, no Estado de Israel, onde os Palestinianos lutam pela libertação dos seus territórios.

Na região do Cáucaso, as tensões étnicas mostram-se particularmente violentas em territórios da ex-União Soviética. Os Tchetchenos reivindicam à Rússia a independência, perpetrando atentados terroristas que deixam o mundo em choque.

No Afeganistão, as ultimas décadas têm assistido ao aumento da violência e desentendimento. Depois da retirada soviética, em 1988, as fações étnicas entregam-se à guerra civil, a repressão talibã a todos silencia em 1996 e a aprendizagem da liberdade revela-se problemática mesmo depois da intervenção americana em 2001..

As tensões étnicas estenderam-se à Índia, Sri Lanka, Tibete budista e Timor-Leste.

O genocídio tem sido a marca dos conflitos étnicos das últimas décadas, multidões de refugiados cruzam fronteiras desejando o direito à vida que lhes parece ser negada.

Enfraquecidos pelas divisões étnicas e pelo separatismo, falhos de autoridade e corruptos, os Estados mostram-se impotentes para controlar as redes mafiosas e terroristas que se encontram nos seus territórios e atuam imponentemente.

AS QUESTÕES TRANSNACIONAIS: MIGRAÇÕES, SEGURANÇA, AMBIENTE

* Migrações

Os motivos da migração continuam a ser principalmente económicos, desejando fugir à pobreza e encontrar emprego.

Os motivos políticos, no entanto, também pesam, tendo em conta os múltiplos conflitos regionais: alguns com dimensão internacional, como a Guerra do Golfo (1991), outros provocados por tensões étnicas. São alguns exemplos o colapso comunista na URSS e na Europa central e balcânica, dos problemas relativamente à respetiva transição para a economia do mercado, as guerras civis, precariedade e insegurança de alguns territórios.

O Sul surge como um local de vastos fluxos migratórios, porque neles se encontram as populações mais carenciadas do Globo: da Ásia do Sul e do Sudeste Asiático migra-se em massa para os países do Golfo Pérsico, enriquecidos pelo petróleo; o Ocidente e o Sul da África acolhem trabalhadores e refugiados de países vizinhos, enquanto o Japão ou Hong-Kong atraem a mão de obra dos países asiáticos mais pobres.

Os países com maior número de emigrantes encontram-se, no entanto, no Norte: os Estados Unidos e a Europa Ocidental, principalmente a Alemanha, França e Reino Unido.

Registam-se mudanças na composição dos imigrantes: há mais mulheres e mais pessoas com maior formação académica e profissional.

Se, nos locais de partida, os migrantes significam uma fonte apreciável de divisas e de alívio de problemas, pela menor pressão exercida no mercado laboral, já nos países de acolhimento provocam reações complexas e problemáticas. Particularmente, quando multidões de refugiados se deslocam para países vizinhos, também em dificuldades económicas, um efeito frequente resulta no exacerbamento das tensões e conflitos étnicos. Desde os choques petrolíferos, as dificuldades económicas e a progressão do desemprego, os imigrantes são considerados concorrentes aos postos de trabalho que restam e defrontam-se com rejeições, explicando as reações xenófabas.

Interculturalidade: processo de relações recíprocas que se estabelecem entre duas culturas distintas, que procuram conhecer-se, compreender-se e partilhar pontos de vista e experiências. Fruto das crescentes migrações, a interculturalidade aprofunda os laços entre a cultura do país de acolhimento e as novas culturas que nele se fixam.

É neste contexto de hostilidade, inesperada e indesejada em países democráticos, que apreciáveis esforços se encetam para promover a interculturalidade.

* Segurança

Desde 11 de setembro de 2011, o atendado a Nova Iorque, tornou-se impossível ignorar a ameaça internacional que é o terrorismo.

Embora não constitua um fenómeno novo, constitui um desafio para os Estados. Transformou-se numa ameaça à escala planetária, ignorando fronteiras.

As redes terroristas são difíceis de combater, já que se ajudam mutuamente, trocando entre si informações, técnicas, pessoal, dinheiro e armas. Tiram partido das modernas tecnologias de informação e comunicação e ligam-se às organizações internacionais do crime organizado.

Associado ao terrorismo encontra-se a proliferação de armas e da falta de controlo sob a sua existência. Já não bastam os países que se recusam a assinar tratados para a limitação do armamento nuclear como se acrescentam outros meios de destruição: armas químicas e biológicas. Por todo o mundo, espalha-se um mercado negro de armamento, controlado por redes mafiosas, que abastece os grupos terroristas. A moeda de troca é, frequentemente, a droga, fomentando-se outro perigoso tráfico para a segurança da Humanidade.

* Ambiente

Com efeito, o ambientalismo constitui uma questão incontornável. Organizações ambientais, partidos políticos, cimeiras internacionais sensibilizam a opinião pública, agitam a sociedade civil e pressionam governos para que a destruição da Terra termine.

Devido ao crescimento demográfico e às transformações económicas o planeta degradou-se.

A destruição das florestas tropicais é um dos efeitos do crescimento demográfico e da busca de recursos. A busca de terras e a sua exploração intensiva, acompanhada da destruição dos ecossistemas, tornam os solos mais vulneráveis à seca e à erosão.

Cursos de rios são desviados, o progresso industrial e tecnológico aumenta a poluição, misturados com a precipitação e os gases poluentes ocorrem as chuvas ácidas que corroem os bosques e acidificam os lagos e surge a preocupação, desde a década de 70, da destruição da camada do ozono (camada da atmosfera que nos protege dos raios ultravioleta) devida às emissões químicas de CFC.

O efeito de estufa ou aquecimento global é uma grande ameaça na terra: sobem os níveis das águas do mar, várias culturas agrícolas são ameaçadas pelo aumento das temperaturas, entre outros efeitos.

Devido ao estado de perigo e de catástrofe iminente em que o ecossistema mundial entrou realizou-se, em 1992, a *Conferência das Nações Unidas para o Ambiente e o Desenvolvimento,* realizada no Rio de Janeiro, também conhecida como Cimeira da Terra, que avançou com propostas para a gestão dos recursos humanos, com o objetivo de manter a qualidade de vida das gerações futuras – desenvolvimento sustentável.

Os EUA, no entanto, recusaram-se a assinar a convenção e em 2001 abandonaram o Protocolo de Quioto, que determina sanções para os países desenvolvidos que não reduzam as emissões de gases causadores do efeito de estufa.

Embora com esforços dos países desenvolvidos para preservar o ambiente, estes estão comprometidos no superpovoado e pobre mundo em desenvolvimento.

AFIRMAÇÃO DO NEOLIBERALISMO E GLOBALIZAÇÃO DA ECONOMIA

Os choques petrolíferos dos anos 70, a inflação, o abrandamento das atividades económicas e o desemprego, testemunhavam uma poderosa crise de que não se via uma saída.

Neoliberalismo: adaptação do liberalismo económico do século XIX pelo capitalismo dos anos 80 no século XX. Criticando a intervenção do Estado na vida económica e social, o neoliberalismo defende o respeito pelo livre jogo da oferta e da procura. O economista norte-americano Friedman foi um dos impulsionadores do neoliberalismo, ao defender a redução das emissões monetárias e das despesas do Estado.

Soluções inspiradas no keynesianismo, como a proteção social e a criação de emprego pelo Estado não resultavam, dado que geravam maiores défices que não permitiam o controlo da inflação.

Deste modo, nos anos 80, propõe-se uma nova doutrina económica – neoliberalismo – reerguer o capitalismo, tendo como grandes laboratórios a Grã-Bretanha da primeira-ministra Margaret Tatcher e os Estados Unidos, sob a presidência de Ronald Reagan.

Atento ao equilíbrio orçamental e à redução da inflação, o neoliberalismo toma medidas de rigor:

- Diminuição da despesa pública, através da privatização das empresas;

- Restrição do emprego pelo Estado;

- Cortes da segurança social;

- Limitação das emissões monetárias e controlo exercido sobre os salários, permitindo a descida da inflação.

Ao contrário do Estado-Providência, o Estado neoliberal diminui fortemente a sua intervenção económica e social, valorizando a iniciativa privada, incentivando a livre concorrência e a competitividade.

Em nome do livre jogo da oferta e da procura, liberaliza os preços, o que agrada a empresários, a quem, igualmente, alivia os impostos e facilita a contratação e o despedimento da mão de obra.

Para relançar a economia investe-se na tecnologia (ramos de eletrónica, informática e cibernética) e reduz-se os entraves alfandegários, o que minimizou os custos e abriu mercados.

Caminhava-se, nos anos 80, para a globalização da economia. Constituindo a globalização um fenómeno incontrolável. Apoiadas nas modernas tecnologias de informação e da comunicação (TIC) a conceção, produção e a comercialização de bens e serviços, bem como os influxos dos imprescindíveis capitais, ultrapassam as fronteiras nacionais e organizam-se à escala planetária.

* Os mecanismos de globalização
* **A liberalização das trocas**

Os Estados recuam nas medidas protecionistas e enveredam de um modo geral e progressivo pelo livre-câmbio. Desde finais dos anos 80 que o comércio internacional acusa um crescimento excecional, mercê de progressos técnicos nos transportes e da criação de mercados comuns. Trata-se de vastas regiões onde as mercadorias circulam livremente: a União Europeia (que sucede à CEE), Nafta, Mercosul, Comesa, entre outras.

Em 1995, a Organização Mundial do Comércio entra em vigor, substituindo o GATT. Tendo em vista a liberalização das trocas, incentiva a redução dos direitos alfandegários e propõe-se a arbitrar os diferendos comerciais entre os Estados-membros num quadro multilateral.

Entretanto, a transição para a economia de mercado dos países que nasceram do colapso do bloco soviético e da fragmentação da Joguslávia, bem como a abertura económica da China, trazem novas possibilidades ao comércio internacional.

Deparamo-nos, consequentemente, com um fluxo comercial prodigioso, num mundo que quase parece um mercado único. A oferta de bens e serviços é cada vez mais igual nas diversas regiões do planeta, tal se fica também a dever a uma uniformidade de gostos culturais fomentada pela publicidade e pelos *media.*

* **Movimento de capitais**

Os movimentos de capitais aceleram-se. As grandes bolsas de valores (Nova Iorque, Tóquio, Londres e Singapura) mobilizam massas crescentes de ações, em virtude de um aligeiramento das regulamentações que pesavam sobre a circulação de capitais. Desde 1990, os investimentos externos ultrapassam, por dia, o montante de um bilião de dólares.

* **Um novo conceito de empresa**

Prosseguindo uma tendência para a internacionalização, as grandes empresas sofrem mudanças estruturais e adotam estratégias planetárias. A grande fábrica mecanizada, que no mesmo edifício ou conjunto de edifícios, concentrava as fases da produção e planeava a distribuição foi ultrapassada. Aumentam o número de empresas em que a conceção do produto ou do bem a oferecer, as respetivas fases de fabrico e o setor de comercialização s encontram dispersos à escala mundial. Isto é permitido pela articulação com as TIC, que fazem funcionar a empresa em rede.

Estamos perante as empresas da era da globalização – multinacionais ou transnacionais. No mundo que se transforma em mercado único, a produção e a distribuição de bens e serviços concebem-se de acordo com as vantagens específicas (preço das matérias-primas, da mão de obra, dos transportes, valor dos impostos) que cada região oferece.

É essa lógica de rendibilidade das condições locais que conduz, em momentos de crise ou de diminuição de lucros, as multinacionais a abandonar certos países. Encerram aí as suas fábricas ou estabelecimentos comerciais, para os reabrirem noutros locais, onde a mão de obra, por exemplo, apresenta preços inferiores ou os impostos são mais baixos. A este fenómeno chama-se deslocalização e é a principal razão do desemprego.

* Crítica à globalização

O crescimento económico proporcionado pelo neoliberalismo e pela globalização suscita acesos debates em finais dos anos 90.

Os seus defensores, lembram que as medidas tomadas permitiram resolver a gravíssima crise inflacionista dos anos 70 ao mesmo empo que foi possível uma perfusão de bens e serviços.

Já os opositores invocam o fosso crescente entre países desenvolvidos e países em desenvolvimento, frisando que nas próprias sociedades desenvolvidas, existem casos gritantes de pobreza e exclusão e considerando o desemprego incontrolável.

Para além de desigual, o crescimento mostra-se frágil, pontuado por recessões e crashes bolsistas. Saldam-se em grandes prejuízos económicos e no agravamento do desemprego.

Desde 2001 que se reúne o Fórum Social Mundial, cujas conclusões condenam o desenvolvimento liberal que busca o lucro com avidez, despreza a diversidade cultural, origina conflitos e provoca danos ecológicos.

A alterglobalização contrapõe-lhe o projeto de um desenvolvimento equilibrado, que elimine os fossos entre homens e povos, respeite as diferenças, promova a paz e preserve o planeta.

RAREFAÇÃO DA CLASSE OPERÁRIA, DECLÍNIO DO SINDICALISMO E DA MILITÂNCIA POLÍTICA

* O fim dos operários?

Um conjunto de fatores determina o recuo do setor industrial e a rarefação da classe operária, levando a que se fale na existência de uma era pós-industrial.

Ramos que, outrora, tinham sido o motor do crescimento, como o têxtil, as minas de carvão, a siderurgia, a construção naval, indústria automóvel, sofrem com as dificuldades económicas dos anos 70, uma acentuada crise.

Nos anos 80, período do neoliberalismo, prossegue a redução dos operários no conjunto da população ativa. Com a sua política de privatização e de incentivos à iniciativa privada, o Estado neoliberal permite aos empresários rendibilizar custos, mediante despedimentos em massa e a flexibilização de salários e do trabalho. O trabalho conhece a realidade do contrato a prazo, realizando-se, muitas vezes, a tempo parcial, quando não é temporário ou precário.

Sob a globalização em aceleração nos anos 90, o mundo operário parece entrar em declínio. A elevada automatização praticada nas cadeias de montagem, permite eliminar mão de obra menos qualificada. As deslocalizações aumentam, por sua vez, os desempregados.

Num setor em que o número de trabalhadores parece não ser decisivo, a mão de obra desempenha tarefas cada vez mais qualificadas, mediante a aquisição de uma maior formação geral e técnica.

O setor de serviços parece funcionar em moldes industriais, com muitos dos seus trabalhadores perfilados em escritórios e balcões.

Facto controverso é, porém, o desemprego que progride nas sociedades desenvolvidas, onde o rendimento das famílias operárias regride ou estagna.

A exclusão e a delinquência urbanas preocupam os cidadãos e os Estados.

* Declínio do sindicalismo e da militância política

Nas sociedades desenvolvidas, chegámos ao fim do século XX com um mundo do trabalho profundamente alterado na sua estrutura e composição.

O setor primário quase desaparece, enquanto o secundário parece prescindir dos operários e, em contrapartida, o terciário explode.

As greves diminuem; os sindicatos perdem filiados, os sindicalizados são cada vez mais velhos, uma espécie de resistentes de outros tempos, jovens, mulheres, trabalhadores precários e imigrados não qualificados pouco interesse revelam na filiação sindical.

Mas o fator mais poderoso da crise do sindicalismo relaciona-se com a rarefação da classe operária: não nasceram os sindicatos do vigoroso movimento operário que combateu, desde o século XIX, por transformações sociais e políticas, fossem de cariz revolucionário ou de teor reformista.

Segundo alguns analistas, o declínio do sindicalismo traduz uma outra crise, que é a do exercício da cidadania nas sociedades democráticas. Tal défice de participação democrática denota-se nomeadamente nos partidos políticos, que perderam militantes e mostram pouca eficácia na mobilização de massas. Nas atuais democracias ocidentais, os partidos são mais do que locais de reflexão e debate, são empresas ou aparelhos destinados à conquista do poder político. A ideologia cede lugar ao utilitarismo. Os militantes partidários já não se distinguem pela força das suas ideias e das suas convicções morais. Espera-se que sejam obedientes, de confiança e tecnicamente preparados para preencherem os cargos oficiais no partido.

A militância política converte-se em carreira.

Os cidadãos mostram desinteresse crescente manifestados em atos eleitorais, em que a abstenção se afigura como sintoma de deserção cívica e de desvitalização política.